



Serviço Público Federal
Ministério da Integração Nacional
Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO
DO NORTE - FNO**

RELATÓRIO SEMESTRAL

1º SEMESTRE DE 2013

PARECER CONJUNTO Nº 16/2013/SFRI/SUDAM/MI

DATA: 04.12.2013

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO	4
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E PROGRAMÁTICAS	4
2.1. Objetivos.....	4
2.2. Beneficiários.....	4
2.3. Diretrizes e Prioridades	4
2.3.1. São diretrizes para o exercício 2013:.....	5
2.3.2. São prioridades para o exercício de 2013:.....	5
2.4. Programas de Financiamento.....	6
3. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES	7
4. METAS FINANCEIRAS PROGRAMADAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	8
4.1. Valores Programados x Realizados.....	8
4.1.1. Previsão de Recursos para aplicações em 2013.....	8
4.2. Transferências do Tesouro Nacional.....	8
4.3. Repasses para Outras Instituições Financeiras	8
4.4. CONTRATAÇÕES REALIZADAS	9
4.4.1. Série Histórica das Contratações	9
4.4.2. Contratações Totais.....	9
4.4.3. Contratações por Programas de Financiamento	9
4.4.3.1. Setor Rural.....	10
4.4.3.2. Setor Agroindustrial.....	10
4.4.3.3. Setor Industrial	11
4.4.3.4. Setor de Turismo.....	11
4.4.3.5. Setor de Cultura	11
4.4.3.6. Setor de Comércio e Serviços.....	11
4.4.3.7. Setor de Infraestrutura	11
4.4.3.8. Setor de Exportação.....	11
4.4.4. Contratações por Unidade Federativa.....	11
4.4.5. Contratações por Porte de Beneficiários	12
4.4.6. Distribuição Espacial dos Recursos – Municípios Assistidos	12
4.4.7. Nos Espaços Prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)	13
4.4.7.1. Contratações do FNO de acordo com a tipologia definida pela PNDR	13
4.4.7.2. Contratações do FNO nas Mesorregiões Diferenciadas e Faixa de Fronteira.....	13
4.4.8. Contratações por Finalidade do Crédito – Custeio Isolado, Com. e Capital de Giro.....	14
4.4.9. Contratações de Valor Superior a R\$ 10 milhões	14
4.4.10. Contratações por Faixas de Valores.....	15
5. CARTEIRA DE FINANCIAMENTO: SALDO DAS APLICAÇÕES E INADIMPLÊNCIA	15
5.1. Saldos e Inadimplência por Atividade	15
5.2. Saldos por Estado	16
5.3. Saldos por Porte do Mutuário.....	17
5.4. Saldos e Inadimplência das Aplicações Espaços Prioritários da PNDR	17
6. ASPECTOS FINANCEIROS	18
6.1. Situação dos Recursos - Ativo Total e Patrimônio Líquido.....	18

6.2. Receitas e Despesas do Fundo no 1º semestre de 2013.....	19
6.3. Resultado Líquido do 1º semestre de 2013.....	19
6.4. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	19
6.5. Reconhecimento de Perdas e Devolução de Parcelas de Risco do Banco da Amazônia.....	20
6.6. Remuneração do Agente Financeiro.....	20
6.7. Auditoria Externa Independente.....	20
7. RESULTADOS ALCANÇADOS – ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL.....	20
8. RECOMENDAÇÕES.....	21

1. APRESENTAÇÃO

O presente Parecer é resultante do trabalho conjunto, realizado pela Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional e pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), com o objetivo de analisar e avaliar o Relatório de Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos, apresentado pelo Banco da Amazônia S.A., referente à aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), no 1º semestre de 2013, bem como seus resultados e sua aderência ao Plano de Aplicação de Recursos para o Exercício 2013.

Dentro de seus objetivos, aborda os financiamentos concedidos por setor econômico, porte de beneficiário, áreas prioritárias e por Estado, entre outras variáveis, além de suas repercussões nos ambientes econômicos e sociais da Região. São examinadas, igualmente, a movimentação financeira e a situação dos recursos, observando-se as aplicações realizadas, a situação patrimonial e os elementos de natureza operacional e financeira.

A par desses trabalhos de avaliação, levados a efeito pelo Banco da Amazônia, constatou-se que o FNO cumpre seus objetivos de forma eficiente e eficaz no tocante à geração de novos empregos formais, atestando com isso a sua importância para o desenvolvimento econômico e social da Região.

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E PROGRAMÁTICAS

2.1. Objetivos

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), criado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, por meio da execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em harmonia com o respectivo plano regional de desenvolvimento, promovendo, assim, maior eficácia na aplicação dos recursos, de modo a aumentar a produtividade dos empreendimentos, gerar novos postos de trabalho, elevar a arrecadação tributária e contribuir para a melhoria da distribuição de renda.

2.2. Beneficiários

São beneficiários os produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, além das cooperativas que desenvolvam atividades nos setores agropecuário, mineral, industrial e agroindustrial. Também contemplam financiamento aos setores turístico, comercial e serviços, além de empreendimentos de infraestrutura econômica, inclusive os de iniciativas de empresas públicas não-dependentes de transferências financeiras do Poder Público, considerados prioritários para a economia regional em decisão do Conselho Deliberativo da SUDAM.

2.3. Diretrizes e Prioridades

As diretrizes básicas que orientam a aplicação dos recursos FNO estão estabelecidas no artigo 3º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Complementarmente, cabe ao Ministério da Integração Nacional, na forma do artigo 14-A da mencionada Lei nº 7.827/1989, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 2007, definir as diretrizes e orientações gerais para sua operacionalização, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Para o exercício de 2013, as Diretrizes e Prioridades para aplicação do Fundo foram aprovadas “ad referendum” pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), através do Ato nº 13, de 15 de agosto de 2012, na forma das diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração Nacional estabelecidas na Portaria nº 384, de 04 de julho de 2012.

2.3.1. São diretrizes para o exercício 2013:

- a) Atuar em observância às diretrizes estabelecidas no Artigo 3o. da Lei nº 7.827/89; atualizada pela Lei Complementar nº 129 de 2009.
- b) Promover o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo, na área de abrangência do FNO (Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), integrando a base produtiva regional de forma competitiva na economia nacional e internacional;
- c) Assegurar a geração de emprego e renda com observância aos potenciais e vocações locais;
- d) Utilizar os recursos do FNO em sintonia com as Políticas, Planos e Programas do Governo Federal para a Região Norte, evidenciando-se os Planos Safra, Brasil Maior e Brasil Sem Miséria;
- e) Elevar a qualificação da mão-de-obra regional, objetivando o aumento da integração social, fortalecendo simultaneamente o capital humano e o capital social local;
- f) Disseminar a lógica da integração industrial horizontal e vertical, para formar redes de empresas e ampliar o alcance da redistribuição de renda, por meio da aplicação dos recursos oriundos dos programas do Governo Federal e outros entes da federação, com destaque para os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO);
- g) Promover e difundir a inovação nas atividades florestais de bases sustentáveis valorizando o reflorestamento, o manejo e a conservação/preservação da biodiversidade;
- h) Apoiar as estratégias de produção e de gestão ambiental definidas em Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE);
- i) Estimular a competitividade regional em setores e atividades prioritários;
- j) Apoiar Arranjos Produtivos Locais (APL's) previamente identificados e selecionados nos estados beneficiários dos recursos do FNO;
- k) Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas regionais;
- l) Apoiar a nacionalização da produção de bens;
- m) Apoiar empreendimentos que priorizem o uso sustentável dos recursos naturais, bem como aqueles voltados para a recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais;
- n) Apoiar projetos apresentados por agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas, bem como, empreendedores individuais.

2.3.2. São prioridades para o exercício de 2013:

- a) Projetos de modernização e diversificação de empreendimentos do setor industrial, sobretudo através da inovação tecnológica;
- b) Projetos de logística e infraestrutura de transportes para intensificar as transações econômicas e comerciais em caráter intrarregional;
- c) Projetos dos setores de pesca e aquicultura com melhores práticas produtivas, que promovam a abertura de novos canais de comercialização;

- d) Projetos de fruticultura, apicultura e de sistemas agroflorestais e agroextrativistas regionais, com ênfase nas organizações produtivas familiares;
- e) Projetos relacionados à produção de alimentos básicos para o consumo da população regional;
- f) Projetos de infraestrutura econômica com ênfase nos segmentos de energia (principalmente renovável), transporte (em especial ao hidroviário e ligado ao turismo), armazenagem, comunicação, abastecimento e tratamento de água e esgotamento sanitário;
- g) Projetos que se beneficiem e potencializem o efeito das inversões do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC;
- h) Projetos de apoio à cadeia do turismo regional, em bases sustentáveis, especialmente empreendimentos de implantação, expansão e modernização, no âmbito das ações afetas aos preparativos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014;
- i) Projetos de apoio e valorização da cultura regional e de empreendimentos criativos;
- j) Projetos de reflorestamento e florestamento para fins de recuperação de áreas de reserva legal e áreas degradadas/alteradas das propriedades rurais;
- k) Projetos de inovação tecnológica com base na tecnologia de informação;
- l) Projetos para ampliação e consolidação da base científica e tecnológica regional;
- m) Projetos de produção agrícola em áreas degradadas/alteradas, contemplando o financiamento de máquinas e insumos;
- n) Projetos de reciclagens e resíduos;
- o) Projetos de desenvolvimento socioeconômico, em bases sustentáveis, para a integração das regiões inseridas na faixa de fronteira;
- p) Projetos de fomento à atividade de comércio e serviço.

2.4. Programas de Financiamento

Aprovados pelo Ato “Ad Referendum” nº 16/2012 CONDEL/SUDAM, de 14 de dezembro de 2012, seis programas de financiamento operacionalizam o FNO:

- **FNO-PRONAF** – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
- **FNO-Biodiversidade** – Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica;
- **FNO-Amazônia Sustentável** – Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia;
- **FNO-MPE** – Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas;
- **FNO-EI** - Programa de Financiamento ao Empreendedor Individual;
- **FNO-Emergencial** - Programa Emergencial para Enchentes (incluído por meio da Resolução nº 32/2012, Proposição 43, de 10 de maio de 2012).

3. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES

A avaliação das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos com as aplicações dos recursos do FNO no 1º semestre de 2013, realizada com base no relatório de atividades e resultados obtidos apresentado pelo Banco da Amazônia, revela que:

- a) o aporte de novos recursos ao FNO, para o financiamento das atividades produtivas da Região Norte, proveniente das transferências efetuadas pela União no 1º semestre/2013 foi de R\$ 996,6 milhões;
- b) foram realizados 23.135 operações de financiamentos para projetos dos setores produtivos, totalizando um montante de R\$ 1.562,7 milhões em contratações realizadas;
- c) os valores financiados corresponderam a 33,6% do total programado para todo o ano de 2013 (R\$ 4.650 milhões). Em relação ao 1º semestre/2012, em que foram aplicados R\$ 1.797,0 milhões, os financiamentos concedidos no 1º semestre de 2013 apresentou um decréscimo de 14%;
- d) a assistência aos agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, suas cooperativas e associações, às micro e pequenas empresas e as empresas consideradas de Pequeno-Médio porte foi de R\$ 917,6 milhões, valor correspondente a 58,7% dos financiamentos concedidos;
- e) a carteira de empréstimos do FNO (saldos dos financiamentos contratados) se elevou a R\$ 12.884,0 milhões em 30.06.2013. Desse total, 49,9% concentraram-se no Setor Rural e 50,1% nos demais setores. Em 30.06.2013, os Estados do Pará (33%), Rondônia (23%), Tocantins (18%) e Amazonas (17%) concentraram juntos, 91% dos saldos dos empréstimos existentes, Acre, Amapá e Roraima somaram 9% do total;
- f) a inadimplência das operações do FNO apresentou, em 30.06.2013, um índice de 4,52%, percentual, 0,62% abaixo da inadimplência verificada em 30.06.2012 (5,14%);
- g) de acordo com a demonstração de resultado de 30.06.2013, a operacionalização do FNO nos primeiros seis meses de 2013 apresentou um déficit de R\$ 103,5 milhões;
- h) em relação ao 1º semestre de 2012, o Patrimônio Líquido apresentou uma evolução de cerca de 12,3%, passando de R\$ 14.135,0 milhões para R\$ 15.868,0 milhões em 30.06.2013;
- i) em 30.06.2013, as disponibilidades financeiras do Fundo corresponderam a R\$ 3.631,9 milhões, apresentando um incremento de 6,0% sobre as disponibilidades aferidas em 30.06.2012 (R\$ 3.426,6 milhões). O crescimento do volume de recursos do Fundo ainda não aplicado nas atividades produtivas indica a necessidade de se incrementar as operações de empréstimos na Região, principalmente naqueles Estados e Setores nos quais as metas não foram atingidas no período em análise;
- j) em conformidade com a tipologia definida pela PNDR, do total dos recursos aplicados pelo FNO, 7,7% destinaram-se a municípios considerados de Baixa Renda, 30,7% a localidades classificadas como Estagnadas, 17,7% foram canalizados para municípios considerados Dinâmicos e os restantes 43,9% contratados com beneficiários localizados em municípios classificados como de Alta Renda, com destaque para o crescimento das aplicações nos municípios classificados como de renda Estagnada e Dinâmica;
- k) No 1º semestre de 2013, todos os 450 municípios que integram a Região Norte foram atendidos com financiamentos oriundos do FNO, fato que representou um feito histórico na gestão dos recursos do Fundo.

4. METAS FINANCEIRAS PROGRAMADAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Valores Programados x Realizados

4.1.1. Previsão de Recursos para aplicações em 2013

A programação do FNO aprovada para o ano de 2013 estimou o ingresso de recursos na ordem de R\$ 6.731,44 milhões. As saídas de recursos, por sua vez, incluídas as liberações de operações de anos anteriores, foram projetadas em R\$ 2.081,44 milhões, prevendo-se, assim, uma disponibilidade de recursos para novas aplicações de R\$ 4.650 milhões, na forma da tabela a seguir:

Tabela 1 – Estimativa de Aplicação de Recursos no 1º Semestre de 2013

DISCRIMINAÇÃO	R\$ Milhões		
	PREVISTO	REALIZADO	(b/a) %
A) Origem de Recursos:	6.731,44	5.605,64	83,28
Disponibilidade prevista ao final de 2013	2.599,03	3.561,11	137,02
Transferências a União	2.062,86	996,55	48,31
Reembolsos de créditos	1.667,45	832,19	49,91
Remuneração das disponibilidades	251,54	119,96	47,69
Outras receitas - recuperação de crédito	18,00	19,72	109,56
Retorno ao FNO dos valores relativos aos riscos	132,56	76,11	57,42
B) Desembolso de Recursos:	2.081,44	1.973,77	94,83
Despesa com Taxa de Administração	412,57	201,63	48,87
Despesa de Auditoria Externa	0,20	0,11	55,00
Bônus de Adimplência	98,42	46,48	47,23
Despesas com Del credere	354,93	162,33	45,74
Remuneração do Bando sobre operações do Pronaf	12,76	5,25	41,14
Desembolso com operações de crédito	1.185,82	1.520,24	128,20
Outras despesas (renegociação de créditos baixados)	16,74	37,74	225,45
C) Previsão de Recursos Disponíveis (A-B)	4.650,00	3.631,87	78,10

Fonte: Banco da Amazônia

4.2. Transferências do Tesouro Nacional

Em conformidade com os dados do Balanço do Fundo de 30.06.2013, os repasses efetivados pelo Tesouro Nacional, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, para o FNO somaram, no 1º semestre de 2013, R\$ 996,55 milhões, valor equivalente a 48% dos repasses previstos para o exercício 2013 (R\$ 2.062,86 milhões).

Em relação ao 1º semestre de 2012 (R\$ 941,3 milhões), os recursos originários do Tesouro Nacional evidenciaram um acréscimo de 6%.

4.3. Repasses para Outras Instituições Financeiras

Com base na faculdade prevista no art. 9º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pela Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, o Banco Central do Brasil autoriza repasses de recursos para outras instituições, que se enquadrem nos requisitos dispostos nas leis.

Nesse sentido, o Banco da Amazônia informa que no decorrer do primeiro semestre de 2013 continuou envidando esforços para cumprir o disposto na dita Lei.

4.4. CONTRATAÇÕES REALIZADAS

4.4.1. Série Histórica das Contratações

A Tabela 2 mostra a série histórica das contratações realizadas pelo FNO, nos primeiros semestres de cada ano, abrangendo o período de 2003 a 2013:

Tabela 2 – Série Histórica dos Financiamentos Concedidos

Ano	R\$ milhões			
	Valor Anual Previsto (a)	Primeiro Semestre (b)	Segundo Semestre	Total Anual (c)
2003	600,0	278,0	797,2	1.075,1
2004	786,5	505,3	815,8	1.321,1
2005	938,4	312,3	664,1	976,3
2006	1.357,3	277,2	709,0	986,3
2007	1.573,5	370,6	739,3	1.110,0
2008	1.997,8	893,8	1.159,8	2.053,6
2009	2.679,9	1.351,8	1.088,7	2.440,5
2010	2.915,3	972,1	1.596,6	2.568,7
2011	3.465,5	1.187,5	681,7	1.869,2
2012	4.020,0	1.797,0	2.485,5	4.282,5
2013	4.650,0	1.562,7	0,0	1.562,7

Fonte: Relatórios de Atividades e Resultados do FNO (anos de 2003 a 2013)

4.4.2. Contratações Totais

No 1º semestre de 2013 foram realizados, com recursos do FNO, empréstimos no montante total de R\$ 1.562,7 milhões, envolvendo a realização de 23.135 operações de financiamento. As aplicações totais do FNO no período representaram aproximadamente 33,6% do montante programado para todo o exercício (R\$ 4.650,0 milhões).

4.4.3. Contratações por Programas de Financiamento

As contratações realizadas no 1º semestre de 2013 se distribuíram nos Programas de Financiamento da seguinte forma: 64,5% do valor total aos contratos sob o amparo do Programa FNO Amazônia Sustentável, seguido pelo FNO-PRONAF (18,7%), FNO-MPE (9,82%), os Programas FNO-EI e FNO-Emergencial que juntos somaram (6,48%) e FNO-Biodiversidade (0,57%), conforme o Relatório de Atividades e Resultados do FNO 1º Semestre 2013, elaborado pelo BASA.

Tabela 3 - Contratações por atividade econômica

SETOR / ATIVIDADE	Nº OP.	%	R\$ mil	%
Setor Rural	20.693	89,44	640.954	41,01
Agricultura Familiar	17.828	77,06	292.994	18,75
PRONAF (A)	2.020	8,73	39.824	2,55
Agropecuária	699	3,02	284.478	18,20
Pesca e Agricultura	24	0,10	7.555	0,48
Floresta	20	0,09	8.877	0,57
Emergencial	102	0,44	7.226	0,46
Setor Não Rural	2.442	10,56	921.785	58,99
Agroindústria Não Rural	3	0,01	143.478	9,18
Comércio e Serviço	976	4,22	448.693	28,71
Cultura	29	0,13	8.296	0,53
Turismo	83	0,36	167.339	10,71
Indústria	123	0,53	90.706	5,80
Infraestrutura	7	0,03	10.089	0,65
Empreendedor Individual	568	2,46	3.973	0,25
Emergencial Não Rural	653	2,82	49.211	3,15
TOTAL	23.135	100,00	1.562.739	100,00

Fonte: BASA - Relatório de Atividades e Resultados do FNO, 1º semestre 2013.

4.4.3.1. Setor Rural

As aplicações no Setor Rural absorveram 41,1% (R\$ 640,9 milhões) do total de recursos aplicados no período, correspondendo a 20.693 operações.

As aplicações nos programas de apoio à Agricultura Familiar, como um todo, atingiram o montante de R\$ 292,99 milhões, equivalente a 18,75% do total de recursos aplicados pelo FNO e 45,7% dos recursos destinados à área rural.

Os créditos concedidos aos colonos/assentados da reforma agrária (Grupo A do PRONAF) atingiram o montante de R\$ 39,8 milhões, o que correspondeu a apenas 8,6% dos valores programados (R\$ 465 milhões) e a 2,55% do total aplicado no 1º semestre de 2013 (R\$ 1.562,7 milhões).

Em relação aos demais grupos do PRONAF, as aplicações realizadas (R\$ 308,1 milhões) atingiram o percentual de 19,7% do total emprestado pelo Banco da Amazônia, com recursos do Fundo, no período (R\$ 1.562,7 milhões) e 33,1% do total previsto para esse Programa em todo o exercício 2013.

Os financiamentos concedidos por meio do Programa FNO-Amazônia Sustentável somaram R\$ 1.007,0 milhões, representando 31,7% do total de recursos liberados. O Setor de Comércio e Serviços com R\$ 448,6 milhões, Agropecuário com R\$ 284,4 milhões, Turismo com R\$ 167,3 milhões e Industrial com R\$ 90,7 milhões foram os Setores que mais se destacaram.

4.4.3.2. Setor Agroindustrial

As aplicações no Setor Agroindustrial somaram R\$ 143,4 milhões, o que representa 214,1% do valor projetado para o exercício de 2013 (R\$ 67,02 milhões) e 9,2% do total das aplicações do Fundo no período.

4.4.3.3. Setor Industrial

As operações realizadas no Setor Industrial somaram R\$ 90,7 milhões, equivalente a 32% do previsto para 2013 (R\$ 283,3 milhões). O montante aplicado corresponde a 5,8% do total das aplicações do Fundo no período.

4.4.3.4. Setor de Turismo

As operações realizadas com o Setor de Turismo totalizam R\$ 167,3 milhões, correspondendo a 60,6% das aplicações programadas para todo o ano de 2013 (R\$ 275,94 milhões).

4.4.3.5. Setor de Cultura

Foram contratados com empreendimentos do Setor de Cultura o montante de R\$ 8,2 milhões de um total para 2013 de R\$ 43,8 milhões.

4.4.3.6. Setor de Comércio e Serviços

Foram concedidos financiamentos de R\$ 448,7 milhões ao Setor de Comércio e Serviços, equivalentes a aproximadamente 32% do valor anual previsto (R\$ 1.395 milhões). Em relação aos totais financiados pelo Fundo no 1º semestre de 2013, as aplicações nesse Setor corresponderam a 28,7%.

4.4.3.7. Setor de Infraestrutura

Foram financiadas no Setor de Infraestrutura 38% (R\$ 10,9 milhões) do valor previsto para 2013 (R\$ 669,0 milhões).

4.4.3.8. Setor de Exportação

Foi previsto para o Setor de Exportação recursos na ordem de R\$ 30 milhões, para o ano de 2013. No entanto, até junho do corrente ano, não foram realizadas operações nesse setor.

4.4.4. Contratações por Unidade Federativa

A Tabela 3 apresenta os valores contratados no 1º semestre de 2013, por Unidade da Federação, em confronto com a previsão contida na programação anual aprovada:

Tabela 4 – Operações Contratadas por Estados

Estado	Previsto R\$ milhões	Aplicações Realizadas		Percentual de Cobertura do Plano de Aplicação
		Valor (b) R\$ 1,00	Participação (%)	
Acre	320,0	151,9	9,7	47%
Amapá	884,0	372,4	23,8	42%
Amazonas	233,0	21,1	1,3	9%
Pará	1.400,0	389,1	24,9	28%
Rondônia	790,0	254,9	16,3	32%
Roraima	233,0	7,9	0,5	3%
Tocantins	790,0	365,5	23,4	46%
TOTAL	4.650,0	1.562,7	100,0	

Fonte: Relatório de Atividades e Resultados do FNO no 1º Semestre 2013 do BASA.

Cabe destacar os Estados do Pará com 24,9%, do Amapá com 23,8%, do Tocantins com 23,4% e de Rondônia com 16% das aplicações no 1º semestre de 2013, os quais, em conjunto, absorveram 88,1% do total das aplicações do Fundo (R\$ 1.381,9 milhões). Os demais Estados beneficiários receberam financiamentos que representaram entre 0,5% (Roraima) a 9,7% (Acre) do total dos recursos aplicados no período considerado.

Considerando os recursos do Fundo projetados para aplicação no exercício, no valor total de R\$ 4.650,0 milhões, é de se admitir que as aplicações nos Estados do Pará, Amapá e do Tocantins não tenham prejudicado o atendimento às demais Unidades da Federação atendidas, haja vista que, ao final do 1º semestre de 2013, as disponibilidades do Fundo somavam R\$ 3.631,8 milhões.

Em relação à previsão de aplicação dos recursos por Unidade Federativa, não houve Unidade que tenha aplicado recursos que superasse o percentual de 50% previsto para o ano. Destaca-se, negativamente, o baixo desempenho das operações nos Estados de Roraima (3%) e Amazonas (9%) do previsto para o exercício.

4.4.5. Contratações por Porte de Beneficiários

As contratações realizadas segundo o porte dos beneficiários estão apresentadas na Tabela 5:

Tabela 5 – Contratações por Porte de Beneficiário

PORTE	RURAL		NÃO RURAL		TOTAL			
	Nº de Contrat.	Valor Contratado	Nº de Contrat.	Valor Contratado	Nº de Contrat.	%	Valor Contratado (b)	%
Mini/micro	20.406	420.140.434	851	21.508.871	21.257	91,9	441.649.305,0	28,3
Pequeno	251	122.922.684	1.457	236.847.535	1.708	7,4	359.770.219,0	23,0
Pequeno-Médio	31	61.330.893	60	54.843.664	91	0,4	116.174.557,0	7,4
Subtotal	20.688	604.394.011,0	2.368	313.200.070,0	23.056	99,3	917.594.081,0	58,7
Médio	5	36.560.097	54	327.851.758	59	0,3	364.411.855,0	23,3
Grande	0	0,0	20	280.733.570	20	0,1	280.733.570,0	18,0
Subtotal	5	36.560.097	74	608.585.328	79	0	645.145.425	41
TOTAL	20.693	640.954.108,0	2.442	921.785.398,0	23.135	100	1.562.739.506,0	100

Fonte: Relatório de Atividades e Resultados do FNO no 1º Semestre 2013 do BASA.

Para os agricultores familiares, os mini e pequenos produtores rurais, as micro e pequenas empresas, Projetos de Pequeno-Médio porte, suas associações e cooperativas, foram aplicados recursos no montante de R\$ 917,6 milhões, valor correspondente a 58,7% do total aplicado, mantendo o mesmo nível de aplicação em relação ao mesmo período do ano anterior. O decréscimo no valor das aplicações verificado em relação ao 1º semestre de 2012 (R\$ 1,0 bilhão) foi de 8,2%.

Os grandes produtores e grandes empresas receberam financiamentos no total de R\$ 645,1 milhões, correspondente a 41% do total aplicado. Resultado equivalente ao verificado no 1º semestre de 2012 (R\$ 647,1 milhões). Em relação aos valores consignados na programação do Fundo para 2013, os financiamentos liberados no 1º semestre, para os grandes produtores rurais e empresas, atingiram 41% dos recursos previstos.

4.4.6. Distribuição Espacial dos Recursos – Municípios Assistidos

No 1º semestre de 2013, todos os 450 municípios que integram a Região Norte foram atendidos com financiamentos oriundos do FNO, fato que representou um feito histórico na gestão dos

recursos do Fundo.

4.4.7. Nos Espaços Prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

São considerados espaços prioritários as Mesorregiões Diferenciadas do MI, a Faixa de Fronteira e as microrregiões definidas pela tipologia da PNDR como sendo de Baixa Renda, Estagnada e Dinâmica.

Nesse sentido observou-se que, no que diz respeito às Mesorregiões Diferenciadas e às Faixas de Fronteira, todas as regiões prioritárias tiveram bom índice de contratação, em média, acima de 90% de municípios atendidos.

4.4.7.1. Contratações do FNO de acordo com a tipologia definida pela PNDR

Os créditos concedidos pelo Banco da Amazônia com recursos do FNO no 1º semestre de 2013, em conformidade com a tipologia definida pela PNDR, estão na Tabela 10, anexo “A”, do Relatório de Atividades e Resultados do FNO no 1º Semestre 2013, página 43.

Em atendimento às determinações do TCU, constantes do Acórdão nº 1352/2011, item 9.2.2.1, a Programação do FNO para o exercício de 2013 apresentou as metas de aplicação distribuídas de acordo com as tipologias da PNDR. A comparação dessas metas com os valores aplicados no 1º semestre de 2013 é demonstrada na Tabela 6 a seguir:

Tabela 6 – Previsto x Realizado por Tipologia

Tipologia	Aplicações Previstas		Aplicações Realizadas		Diferença entre as participações previstas e realizadas (%)
	Valor R\$ milhões	Participação (%)	Valor R\$ milhões	Participação (%)	
Alta	1.747,2	37,6	686,2	43,9	6,3
Tipologias Prioritárias	2.902,8	62,4	876,5	56,1	-6,3
Baixa	414,1	8,9	120,1	7,7	-1,2
Dinâmica	932,0	20,0	276,1	17,7	-2,4
Estagnada	1.556,7	33,5	480,3	30,7	-2,7
TOTAL	4.650,0	100,0	1.562,7	100,0	

Fonte: Programação FNO 2013 e Relatório de Atividades e Resultados do FNO no 1º semestre de 2013 do BASA.

Nos municípios classificados segundo a tipologia da PNDR como de Baixa Renda, Estagnados e Dinâmicos, o Banco da Amazônia financiou empreendimentos com recursos do FNO na ordem de R\$ 876,5 milhões, equivalentes a 56,1% das aplicações totais do Fundo no 1º semestre de 2013. Cabe destacar que esse desempenho é 6,3% inferior ao previsto para o exercício de 2013 (62,4%).

No que concerne aos municípios classificados como de “Alta Renda”, não definidos como prioritárias na PNDR, atingiram 43,9%, superior em 6,3% ao previsto para o exercício de 2013 (37,6%).

Embora boa parte dos recursos tenha sido contratada em municípios considerados como de “Alta Renda”, 93,1% das operações foram efetuadas nas microrregiões prioritárias da PNDR (Baixa Renda, Estagnada e Dinâmica).

4.4.7.2. Contratações do FNO nas Mesorregiões Diferenciadas e Faixa de Fronteira

Em obediência à PNDR, foram estimadas aplicações de recursos no montante de R\$ 571,9 milhões

nas Mesorregiões e de R\$ 1.201,5 milhões nos municípios situados nas Faixas de Fronteiras, ambas priorizadas pelo Ministério da Integração Nacional, conforme Tabela 7, a seguir:

Tabela 7 – Previsto x Realizado nas Mesorregiões e Faixa de Fronteira

MESORREGIÕES	R\$ mil		
	PREVISTO para o ano de 2013 (a)	REALIZADO no 1º semestre (b)	(b/a) %
Alto Solimões	2.510	4.858	193,5
Vale do Rio Acre	260.455	133.042	51,1
Bico do Papagaio	250.855	144.694	57,7
Chapada das Mangabeiras	1.445	9.986	691,1
Xingu	56.660	26.705	47,1
Faixa de Fronteira	1.201.580	371.072	30,9
TOTAL	1.773.505	690.356	

Fonte: Programação FNO 2013 e Relatório de Atividades e Resultados do FNO no 1º Semestre 2013 do BASA.

As contratações realizadas nas Mesorregiões do Alto Solimões, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras, Xingu e Vale do Rio Acre somaram R\$ 319,2 milhões. O montante aplicado atingiu em 55,8% o valor global previsto na programação aprovada para todo o exercício (R\$ 571,9 milhões). Comparativamente ao 1º semestre de 2012, houve um acréscimo de 13% no valor contratado.

No geral, as aplicações realizadas nas regiões mencionadas na Tabela 7 corresponderam a 44% dos financiamentos realizados no 1º semestre de 2013.

Há de se destacar que os financiamentos realizados na Mesorregião do Alto Solimões no 1º semestre de 2013 (4,8 milhões) atingiram 193,5% do valor previsto para todo o exercício (2,5 milhões). Em comparação ao 1º semestre de 2012, o acréscimo na aplicação foi de 88%.

Na região denominada Faixa de Fronteira, o FNO aplicou R\$ 371,0 milhões no 1º semestre de 2013, equivalente a aproximadamente 30,9% do previsto para todo o exercício (R\$ 1.201,5 milhões).

4.4.8. Contratações por Finalidade do Crédito – Custeio Isolado, Com. e Capital de Giro.

As aplicações realizadas para o financiamento de custeio, comercialização e capital de giro, por Estado, podem ser observadas na Tabela 5 do anexo “A”, do Relatório das Atividades e dos Resultados Obtidos no 1º Semestre de 2013, elaborado pelo Basa, pág. 38.

Do total dos créditos concedidos no 1º semestre de 2013, R\$ 640,9 milhões destinaram-se ao Investimento no Setor Rural, sendo 13% para a finalidade de custeio e 87% para investimentos; dos recursos destinados ao Setor Não Rural (R\$ 921,8 milhões) 86,4% foram destinados para finalidade de Investimento e 13,6% foram destinados a Capital de Giro.

Observa-se, assim, absoluta predominância dos créditos para finalidade de investimentos fixos (86,4%), procedimento compatível com os objetivos desse Fundo.

4.4.9. Contratações de Valor Superior a R\$ 10 milhões

No período sob exame, o Banco da Amazônia concedeu empréstimos de valor individual superior a

R\$ 10,0 milhões em 16 operações, somando um total de R\$ 564,8 milhões, montante que representa 36,1% dos créditos concedidos no período. Tal resultado sofreu o impacto de duas contratações de crédito que totalizaram um valor de R\$ 274 milhões destinados a implantação de um projeto do setor de turismo e outro no setor de agroindústria, cujos valores representaram 48,5% das contratações com valor superior a R\$ 10 milhões.

4.4.10. Contratações por Faixas de Valores

As contratações realizadas pelo Banco da Amazônia, com recursos do FNO, por Faixas de Valores, são apresentadas na Tabela 8, a seguir.

Tabela 8 – Financiamentos Contratados por Faixa de Valores

FAIXA DE VALORES	RURAL		DEMAIS SETORES		TOTAL	
	Nº de Op.	Valor Contratado	Nº de Op.	Valor Contratado	Nº de Op.	Valor Contratado
Até R\$ 500	1	500,0	0	0,0	1	500,0
Acima de R\$ 500 Até R\$ 1.000	14	11.822,0	0	0,0	14	11.822,0
Acima de R\$ 1.000 Até R\$ 10.000	9.886	34.293.982,0	534	3.282.626,0	10.420	37.576.608,0
Acima de R\$ 10.000 Até R\$ 35.000	7.603	136.372.546,0	477	12.563.844,0	8.080	148.936.390,0
Acima de R\$ 35.000 Até R\$ 100.000	2.592	159.903.730,0	984	75.663.027,0	3.576	235.566.757,0
Acima de R\$ 100.000 até R\$ 200.000	258	35.060.830,0	126	18.435.551,0	384	53.496.381,0
Acima de R\$ 200.000 Até R\$ 1.000.000	294	144.861.209,0	237	94.430.113,0	531	239.291.322,0
Acima de R\$ 1.000.000 Até R\$ 10.000.000	42	74.405.869,0	71	208.638.914,0	113	283.044.783,0
Acima de R\$ 10.000.000 Até R\$ 20.000.000	2	31.717.520,0	5	58.444.481,0	7	90.162.001,0
Acima de R\$ 20.000.000 Até R\$ 100.000.000	1	24.326.099,0	6	176.173.597,0	7	200.499.696,0
Acima de R\$ 100.000.000	0	0,0	2	274.153.245,0	2	274.153.245,0
TOTAL	20.693	640.954.107,0	2.442	921.785.398,0	23.135	1.562.739.505,0

Fonte: Basa - Relatório de Atividades e Resultados do FNO 2012, 1º semestre de 2013.

Como se observa, do total de operações realizadas (23.135), 80% (18.515) situaram-se na faixa de valor entre R\$ 1 mil a R\$ 35 mil. O valor total dos empréstimos concedidos nesta faixa foi de R\$ 186,5 milhões, com um valor médio de financiamento na ordem de R\$ 10,1 mil.

De outra parte, os contratos com valores acima de R\$ 10 milhões, envolvendo 16 tomadores, absorveram R\$ 564,8 milhões, valor correspondente a 36,1% do total aplicado.

5. CARTEIRA DE FINANCIAMENTO: SALDO DAS APLICAÇÕES E INADIMPLÊNCIA

5.1. Saldos e Inadimplência por Atividade

De acordo com dados constantes do relatório apresentado pelo Banco da Amazônia e do Balanço de 30.06.2013 do Fundo (Anexo B), o saldo das aplicações do FNO era de R\$ 12.884,1 milhões.

Tabela 9 – Saldos e Inadimplência das Aplicações por Programa e Unidade Federativa
Posição: 30.06.2013

Setor	Saldo (R\$ 1,00)		Inadimplência
	Total	Em Atraso	Valor
Rural	6.430.255.137	460.522.590	7,2%
Não Rural	6.453.864.045	121.423.507	1,9%
Total	12.884.119.182	581.946.097	4,52%

Fonte: Relatório de Atividades e Resultados do FNO no 1º Semestre 2013 do BASA.

Em 30.06.2013, de acordo com informações consignadas no Relatório apresentado, da carteira de financiamentos do Banco da Amazônia com recursos do FNO (R\$ 12.884,0 milhões), R\$ 581,9 milhões referem-se a parcelas vencidas, resultando em uma inadimplência geral na ordem de 4,52%.

No acompanhamento da evolução da taxa de inadimplência durante os 6 primeiros meses de 2013, nota-se uma leve queda no percentual (4,83% para 4,52%), devido principalmente ao aumento do total das aplicações. Comparativamente ao 1º semestre de 2012, a diminuição do percentual de inadimplência foi mais significativa, de 5,14% para 4,52%.

Em relação ao Setor assistido, a inadimplência concentrava-se, em 30.06.2013, nas operações rurais, com índice de 7,16%, bem superior aos índices apurados para os empreendimentos classificados com não rural (1,88%).

5.2. Saldos por Estado

Tabela 10 – Saldos e Inadimplência das Aplicações por Unidade Federativa
Posição: 30.06.2013

UF	Saldo (R\$ milhões)		Inadimplência
	Total	Em Atraso	Valor
Acre	675,2	26,2	3,88%
Amapá	363,2	8,5	2,34%
Amazonas	2.145,0	67,9	3,17%
Pará	4.267,7	298,9	7,00%
Rondônia	3.003,9	48,5	1,61%
Roraima	148,5	21,2	14,28%
Tocantins	2.280,6	110,7	4,85%
Total	12.884,1	581,9	4,52%

Fonte: BASA - Relatório de Atividades e Resultados do FNO, 1º semestre de 2013.

Em 30.06.2013, os saldos dos empréstimos concedidos aos Estados do Pará e Tocantins representaram 70,3% (R\$ 409,6 milhões) da carteira de empréstimo do FNO. O Estado do Pará juntamente com o Estado de Roraima apresentaram os maiores percentuais de inadimplência, 7% e 14,28%, respectivamente, estando, portanto, com o percentual de inadimplência acima da média do FNO (4,52%).

O Estado de Rondônia, apesar de contar com o segundo maior saldo de aplicações, apresentou a menor taxa de inadimplência entre os Estados da Região Norte com, 1,61% do saldo em atraso.

5.3. Saldos por Porte do Mutuário

Tabela 11 – Saldos e Inadimplência das Aplicações por Porte
Posição: 30.06.2013

UF	Saldo (R\$ milhões)		Inadimplência
	Total	Em Atraso	Valor
Mini/Micro	3.500,9	255,5	7,30%
Pequeno	1.732,8	73,4	4,24%
Pequeno-Médio	406,5	13,1	3,22%
Médio	2.030,8	124,3	6,12%
Grande	5.213,1	115,6	2,22%
Total	12.884,1	581,9	4,52%

Fonte: BASA - Relatório de Atividades e Resultados do FNO, 1º Semestre de 2013

Em 30.06.2013, os saldos dos empréstimos concedidos aos agricultores familiares, aos mini e pequenos produtores rurais, às micro e pequenas empresas suas associações e cooperativas e os projetos considerados de porte Pequeno-Médio representaram 43,7% (R\$ 5.640,2 milhões) da carteira de empréstimo do FNO. Estes beneficiários respondem por 58,7% do total da inadimplência em relação ao porte.

A participação dos empreendedores de médio porte foi de R\$ 2.030,8 milhões, em 30.06.2013, com 15,7% do saldo total da carteira do Fundo e inadimplência de 6,12% (R\$ 124,3 milhões).

Por sua vez, o valor correspondente às operações contratadas com os produtores/empresas de grande porte atingiu o percentual de 40,4% da carteira de financiamento do FNO, ou seja, R\$ 5.213,1 milhões. Estes beneficiários contam com a menor inadimplência em relação a porte 2,2% (R\$ 115,6 milhões).

5.4. Saldos e Inadimplência das Aplicações Espaços Prioritários da PNDR

Tabela 12 – Saldos e Inadimplência das Aplicações pela PNDR

UF	Saldo (R\$ milhões)		Inadimplência
	Total	Em Atraso	Valor
Baixa Renda	1.177,4	90,6	7,69%
Estagnada	4.527,3	236,2	5,22%
Dinâmica	2.344,7	178,5	7,61%
Alta Renda	4.834,5	76,5	1,58%
Total	12.883,9	581,8	4,52%

Fonte: BASA - Relatório de Atividades e Resultados do FNO, 1º Semestre de 2013

Em 30.06.2013, os saldos dos empréstimos concedidos aos espaços prioritários da PNDR (municípios classificados como “Baixa Renda”, “Estagnado” e “Dinâmico”) representaram 62,5% da carteira de empréstimo do FNO. Estes beneficiários contaram com a maior inadimplência em relação a porte 86,8% (R\$ 505,3 milhões).

Por sua vez, o valor correspondente aos municípios classificados como “Alta Renda” atingiu o percentual de 37,5% da carteira de financiamento do FNO, ou seja, R\$ 4.834,5 milhões. Esses beneficiários detiveram a menor inadimplência em relação à tipologia da PNDR 13,1% (R\$ 76,5 milhões).

A Tabela 13 mostra o saldo e a inadimplência das aplicações por tipologia da PNDR e por Mesorregião Diferenciada e Faixa de Fronteira:

Tabela 13 – Saldos e Inadimplência das Aplicações por Mesorregiões e Faixa de Fronteira

UF	Saldo (R\$ milhões)		Inadimplência
	Total	Em Atraso	Valor
Alto Solimões	12	0,56	4,7%
Xingu	378,1	36	9,5%
Chapada das Mangabeiras	63,6	2,37	3,7%
Vale do Rio Acre	606,87	18,8	3,1%
Bico do Papagaio	1.190,99	61,5	5,2%
Faixa de Fronteira	3.684,55	93,78	2,5%
Total	5.936,1	213,0	3,6%

Fonte: BASA - Relatório de Atividades e Resultados do FNO, 1º Semestre de 2013.

Em 30.06.2013, os saldos dos empréstimos concedidos às Mesorregiões Alto Solimões, Xingu, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras e Vale do Rio Acre somaram R\$ 2.251,5 milhões, representando 17,5% da carteira de empréstimo do FNO. Estes beneficiários contaram com a inadimplência de 5,2%, portanto, acima da média do Fundo. Destaca-se o alto percentual de inadimplência das operações realizadas na Mesorregião do Xingu com 9,5% das transações, estando em atraso (R\$ 36 milhões).

Complementarmente, o valor correspondente aos municípios integrantes da Faixa de Fronteira do FNO atingiu o percentual de 28,6% da carteira de financiamento do FNO, ou seja, R\$ 3.684,5 milhões. Esses beneficiários tiveram inadimplência de 2,5%.

Em média os empréstimos concedidos às Mesorregiões Diferenciadas e aos municípios situados em Faixas de Fronteira apresentaram percentual de inadimplência de 3,6% do total contratado. Percentual inferior ao da média do FNO.

6. ASPECTOS FINANCEIROS

6.1. Situação dos Recursos - Ativo Total e Patrimônio Líquido

No Balanço do Fundo de 30.06.2013, os Ativos Totais do FNO atingiram a cifra de R\$ 15.900,0 milhões e seu Patrimônio Líquido somou R\$ 15.868,0 milhões.

O Patrimônio Líquido do FNO, apurado em 30.06.2013, registrou o montante de R\$ 15.868,0 milhões, apresentando uma elevação de 6,8% em relação ao registrado em 30.06.2011 (R\$ 14.135,0 milhões).

Compõem o Patrimônio Líquido do FNO as seguintes verbas: transferências da União de exercícios anteriores (R\$ 14.383,2 milhões), transferências da União no 1º semestre de 2013 (R\$ 996,5 milhões), resultados de exercícios anteriores (R\$ 591,6 milhões) e R\$ 103,5 milhões de resultado negativo apurado no 1º semestre de 2013.

6.2. Receitas e Despesas do Fundo no 1º semestre de 2013

De acordo com a Demonstração do Resultado do FNO, anexo ao Balanço Patrimonial de 30.06.2013, as receitas líquidas auferidas pelo Fundo no 1º semestre totalizaram R\$ 418,4 milhões, sendo R\$ 245,1 milhões decorrentes de operações de crédito, R\$ 119,9 milhões de remuneração das disponibilidades e R\$ 53,6 milhões oriundos de Recuperação de Créditos baixados.

Tabela 14 – Demonstração do Resultado – 30.06.2013

DISCRIMINAÇÃO	30.06.2013	30.06.2012	Variação %
	R\$ mil		
R E C E I T A S:	418.445	411.714	1,6
Operações de crédito	245.120	246.120	(0)
Remuneração das disponibilidades	119.959	138.716	(14)
Recuperação de créditos baixados	53.366	26.878	98,5
Reversão de provisões bônus de adimplência	-	-	
D E S P E S A S:	(521.983)	(455.272)	14,7
De administração	(199.311)	(188.258)	5,9
De remuneração agente - Pronaf	(5.251)	(6.283)	(16,4)
De auditoria externa	(105)	(99)	6,1
De renegociações e descontos	(29.520)	(3.315)	790,5
De bônus de adimplência	(97.301)	(70.469)	38,1
De provisão operações de crédito	(190.495)	(186.848)	2,0
PREJUÍZO DO SEMESTRE	(103.538)	(43.558)	137,7

Fonte: BASA - Demonstrações Financeiras FNO, Posição em 30.06.2013.

Em comparação ao mesmo período do exercício de 2012, em que as receitas líquidas do FNO somaram R\$ 411,7 milhões, as receitas líquidas do Fundo no 1º semestre de 2013 apresentaram uma leve elevação de 1,6%.

As despesas do FNO no 1º semestre de 2013, conforme Demonstração do Resultado do Balanço do Fundo de 30.06.2013, totalizaram R\$ 521,98 milhões, assim distribuídos: R\$ 199,31 milhões referente à taxa de administração paga ao Banco da Amazônia; R\$ 5,25 milhões relacionados ao pagamento da remuneração do agente financeiro sobre as operações do PRONAF; R\$ 190,4 milhões de provisões operacionais, R\$ 0,10 milhões pagos à empresa de auditoria externa independente, R\$ 29,52 milhões com despesas oriundas de renegociações e descontos e R\$ 97,3 milhões com bônus de adimplência.

6.3. Resultado Líquido do 1º semestre de 2013

O Fundo apresentou no 1º semestre de 2013, prejuízo de R\$ 103,5 milhões. Esse resultado foi superior em 57,9% ao prejuízo do 1º semestre de 2012 (R\$ 43,5 milhões).

6.4. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Na forma recomendada pela Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, o Banco da Amazônia constituiu, no 1º semestre de 2013, provisão operacional líquida na ordem de R\$ 192,09 milhões (Nota Explicativa 5-b do Balanço de 30.06.2013). Considerando o saldo inicial das provisões (R\$

164,1 milhões); a constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 190,5 milhões); e os créditos baixados como prejuízo no 1º semestre de 2013 (R\$ 131,9 milhões), o saldo das provisões para crédito de liquidação duvidosa se expressava, em 30.06.2013, pelo valor de R\$ 222,7 milhões.

6.5. Reconhecimento de Perdas e Devolução de Parcelas de Risco do Banco da Amazônia

De conformidade com as Notas Explicativas nº 3-c do Balanço do FNO de 30.06.2013, foram baixadas, como prejuízo, as parcelas de principal e encargos com atraso superior a 360 dias, conforme as regras da Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005, cujo montante no semestre foi de 192,09 milhões.

De acordo com a Nota Explicativa nº 3-c do Balanço de 30.06.2012, o Banco da Amazônia devolveu ao Fundo recursos no montante de R\$ 60,19 milhões, relativos à parcela de risco do Banco nas operações baixadas como prejuízo.

6.6. Remuneração do Agente Financeiro

O Banco da Amazônia faz jus à taxa de administração de três por cento ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apropriada mensalmente, limitada, em cada exercício, a vinte por cento do valor dos repasses efetuados pelo Tesouro Nacional, como estabelecido no art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24.08.2001 e regulamentado pelo Decreto nº 5.641, de 26.12.2005.

Conforme o Balanço Patrimonial do FNO de 30.06.2013, a taxa de administração debitada ao Fundo pelo agente financeiro foi, no 1º semestre de 2013, de R\$ 199,3 milhões, montante que representa 20% dos recursos repassados pelo Ministério da Integração Nacional para o Fundo no período sob exame (R\$ 996,5 milhões) e 1,26% do patrimônio líquido do Fundo. Além dessas despesas, o Banco da Amazônia debitou ao Fundo o montante de R\$ 5,2 milhões, referente à sua remuneração para a realização de operações enquadradas no Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF).

Na forma do artigo 7º do citado Decreto nº 5.641/2005, cabe à Controladoria-Geral da União, certificar o fiel cumprimento das normas estabelecidas para o cálculo e a apropriação da taxa de administração.

6.7. Auditoria Externa Independente

De acordo com o § 2º, do artigo 20, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Banco da Amazônia do Brasil contratou, a expensas do FNO, a empresa Ernst & Young, para realizar auditoria externa do Fundo.

Em conformidade com o Parecer da KPMG Auditores Independentes, datado de 30 de agosto de 2013, as demonstrações contábeis representaram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FNO em 30.06.2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2 e 3.

7. RESULTADOS ALCANÇADOS – ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL

Relativamente à avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes dos empréstimos concedidos com recursos do FNO, o Banco da Amazônia utilizou o modelo econômico da matriz

insumo-produto.

O Banco da Amazônia adotou o Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e utilizou o recorte de oito setores para analisar os dados dos financiamentos com recursos do FNO. Com base no Quadro 10, da página 30, do Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos no 1º Semestre de 2013, observou-se que o Setor Agropecuário absorveu 32% dos recursos, seguido do Setor de Comércio e Transportes (22,3%), do Setor de Serviços, (19,1%), e do Setor de Agroindústria (15,2%). Esses quatro setores absorveram 88,6% do volume financiado. Os demais setores (Extrativa mineral e fósfil, Infraestrutura, Outras indústrias e Construção civil) absorveram juntos 11,4%.

O Quadro 12, da página 32, do Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos no 1º Semestre de 2013, resumido conforme tabela 15 abaixo, demonstra os impactos macroeconômicos que foram gerados pelos financiamentos do FNO. Estima-se que, no 1º semestre de 2013, os financiamentos do FNO geraram um incremento de R\$ 5.393,3 milhões no Produto Interno Bruto (PIB), de R\$ 10.644,7 milhões no Valor Bruto da Produção (VBP), de R\$ 1.573,1 milhões na arrecadação de tributos, de R\$ 1.138,6 milhões na massa salarial, além de ser responsável pela abertura de mais de 232.050 novos postos de trabalho.

Tabela 15 – Efeitos Estimados a cada mil reais aplicados pelo FNO

Setores Produtivos	Produto Interno Bruto	Valor Bruto da Produção	Tributos	Salários	Número de Empregos Gerados
Agropecuária	1.122.178	2.060.573	126.216	104.856	85.539
Extrativa Mineral e Fósfil	159.106	215.470	16.630	6.361	255
Agroindústria	631.083	1.892.189	363.011	100.982	12.202
Outras indústrias	904.592	2.159.090	434.218	118.005	4.933
Infra- Estrutura	347.160	587.141	164.309	57.529	1.104
Construção Civil	86.861	162.729	14.782	8.001	1.702
Comércio e Transportes	847.593	1.708.688	224.438	325.174	61.937
Serviços	1.294.747	1.858.873	229.552	417.739	64.378
Total	5.393.320	10.644.753	1.573.156	1.138.647	232.050

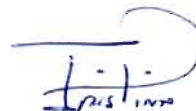
Utilizando a matriz insumo produto, estimou-se que a cada mil reais aplicados pelo FNO resultou nos efeitos acima indicados pela Tabela 15, na Região Norte.

8. RECOMENDAÇÕES

Para aprimoramento da operacionalização do FNO, sugerimos que sejam feitas ao Banco da Amazônia as seguintes recomendações:

- desenvolver ações para incrementar os financiamentos localizados nos municípios considerados como de Baixa Renda, Estagnada e Dinâmica pela tipologia da PNDR, assim como nos municípios localizados na Faixa de Fronteira;
- desenvolver ações com o objetivo de reduzir a inadimplência das operações realizadas com recursos do FNO;

- c) envidar esforços para que as informações mensais ao Ministério da Integração Nacional sejam encaminhadas no prazo estabelecido; e
- d) envidar esforços visando cumprir as metas estabelecidas no Plano de Aplicação dos Recursos do FNO para o exercício 2013.



IRIS CARLOS PINTO
Analista Técnico Administrativo –
CGAC/DFRP/SFRI/MI




ADAGENOR LOBATO RIBEIRO
Coordenador-Geral de Elaboração e Avaliação
dos Planos de Desenvolvimento – SUDAM




MARINA SERVATO FERREIRA
Coordenadora de Controle Financeiro – SFRI/MI

INOCÊNCIO RENATO GASPARIM
Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de
Atração de Investimentos – SUDAM



MAURÍLIO ALVES BARCELOS
Diretor Substituto do Departamento Financeiro e
de Recuperação de Projetos – SFRI/MI



DIALMA BEZERRA MELLO
Superintendente da SUDAM



JENNER GUIMARÃES DO RÊGO
Secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais –
SFRI/MI